

Em Londres, o descrédito é total

HERMANO ALVES
Nosso correspondente

LONDRES — O Brasil já não tem mais condições políticas e sociais para executar o programa de contenção sugerido pelo Fundo Monetário Internacional. Esta é a conclusão a que chegaram os observadores financeiros da *city* depois que as informações sobre a viagem do ministro Antonio Delfim Netto a Paris filtraram-se para a capital londrina.

Os aspectos pitorescos da viagem ministerial (mistério aparente, informações contraditórias, manipulação dos meios de comunicação de massa, etc.) não impediram os banqueiros britânicos e os seus economistas de interpretar o episódio como a confissão feita por Delfim de que os termos aceitos em princípio e com relutância pelo presidente João Baptista Figueiredo, antes da sua operação em Cleveland, já não mais são admitidos pelo próprio chefe de Estado.

A falta de liquidez do Fundo Monetário, que depende de aprovação final e ratificação dos novos recursos que lhe serão alocados pelo Congresso americano e pela Casa Branca, a expectativa da reunião dos países devedores na capital venezuelana e o fato de que algumas situações urgentes (Argentina, Polônia, Iugoslávia e outros) foram cobertas em parte transferem as decisões para setembro e outubro.

Nesse meio termo, admite-se que o governo do Brasil solicite ao governo norte-americano (até mesmo em termos de diplomacia pessoal entre os presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan) um crédito de emergência que seria aberto pelo Federal Reserve — o Banco Central de Washington —, talvez no valor de US\$ 2 bilhões.

Figueiredo não quer aplicar uma política repressiva, a oposição aos termos do FMI aumentou dentro e fora do governo, uma solução bilateral com os Estados Unidos seria apenas um prazo para que se criem as condições de renegociação da dívida externa e, mesmo que a recuperação econômica americana continue a processar-se, chegará muito tarde para o Brasil.

Assinala-se na *city* e nos meios diplomáticos de Londres que a redução das taxas de juro americanas é uma hipótese remota não só por haver confiança no poderio dos Estados Unidos como também porque o gigantesco déficit orçamentário (em que pesa o item defesa), superior a US\$ 200 bilhões, contribui para manter altos todos os ágios, taxas e dividendos sobre o dinheiro.

Desse modo, a dívida externa do Brasil — como a da Venezuela ou a da Coreia do Sul, a do Chile ou a das Filipinas — continuaria a subir constantemente por causa das taxas de juro cada vez mais pesadas e um dólar cada vez mais forte.

Mesmo que o Brasil consiga exportar um total de US\$ 25 bilhões em 1984 (o que seria um milagre, segundo os observadores de Londres), a dívida a vencer-se no próximo ano, em títulos, juros, ágios, etc., subiria a US\$ 17 bilhões. Dessa maneira, a margem de manobra de Delfim Netto reduziu-se consideravelmente, dentro e fora do Brasil. As soluções táticas cobrem prazos cada vez mais curtos e impõe-se nova estratégia, exposta às claras.

De imediato, além dos apelos aos Estados Unidos, que podem começar a qualquer instante, o Brasil está pedindo um empréstimo de consolidação que converta em créditos novos um total de US\$ 5 bilhões dos bancos internacionais (com prazo mínimo de dez anos), além de mais US\$ 9 bilhões para manter a economia em funcionamento. Com uma negociação favorável das parcelas garantidas pelo Clube de Paris, num total de US\$ 1 bilhão e 550 milhões devidos em 1983-84, haveria um alívio temporário.

Mas o perfil da dívida externa, seus prazos, os problemas internos e externos, as taxas de juro, a relutância do Fundo Monetário e de instituições como o Banco da Inglaterra, o fiasco recente no banco de pagamentos internacionais (Internacional Settlements), tudo aponta para uma mudança geral de política do Estado brasileiro que a *'city'* já entrevê com fascinação e temor.